

AS ILHAS NO PERCURSO DAS FAMÍLIAS TRABALHADORAS DO PORTO EM FINAIS DO SÉCULO XIX

GASPAR MARTINS PEREIRA*

No Porto de finais do século XIX, a «questão do alojamento» popular tornou-se particularmente visível, com o crescimento das ilhas¹, onde se acumulava uma população numerosa – cerca de um terço do total dos habitantes da cidade –, gerando um microcosmos cultural e social, marginalizado e temido pelas autoridades e elites da época como um perigo sanitário e «moral» a extirpar do espaço urbano, mas, simultaneamente, estimulado pela especulação imobiliária.

A insistência nos problemas reais de insalubridade e de sobreocupação fez descurar, durante muito tempo, a análise da ilha enquanto espaço social. Por outro lado, as teorias da desintegração familiar e da anomia urbana, que dominaram os estudos sociológicos sobre a cidade industrial, acentuaram, em demasia, a condição de desenraizamento das famílias trabalhadoras, em especial das que se deslocaram das zonas rurais, fazendo coincidir as condições miseráveis de alojamento com a ausência de integração.

* Professor catedrático do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

¹ As *ilhas* do Porto, apesar de constituírem importantes espaços sociais na cidade oitocentista, não têm merecido grande atenção por parte da investigação histórica, embora as referências à sua evolução sejam frequentes em estudos produzidos noutras disciplinas. Veja-se, por exemplo: GROS, Marielle Christine – *O alojamento social sob o fascismo*. Porto: Afrontamento, 1982; TEIXEIRA, Manuel A. Correia – *Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das ilhas da cidade do Porto*. «Sociedade e Território», n.º 2 (Fev. 1985). Porto, p. 74-89, e sobretudo a sua tese de doutoramento, *The Development of Nineteenth Century Working-Class Housing: the ilhas in Oporto, Portugal*, 1988 (trad. port.: *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto*. Lisboa: FCG/JNICT, 1996).

Na sequência de alguns estudos anteriores de análise histórica², pretendemos salientar a ideia inversa de que as ilhas do Porto constituíram importantes espaços de socialização/integração no percurso de vida das famílias trabalhadoras em finais do século XIX, num período crucial de industrialização, de crescimento demográfico e de transformações urbanísticas.

A proposta metodológica, deliberadamente transdisciplinar, procura fugir à análise transversal e extensiva da estrutura e composição do grupo doméstico, frequente nos estudos de história da família, e enveredar por uma análise intensiva e longitudinal, de microhistória, prestando atenção quer aos percursos de vida individuais e familiares quer à relação da família com o espaço da casa e com a vizinhança.

Nesta perspectiva, é interessante verificar que muitas situações com que deparámos no Porto do final do século XIX se aproximam, substancialmente, das que têm vindo a ser detectadas nas zonas residenciais populares contemporâneas, em diversos estudos baseados em trabalhos de campo, em especial nas áreas da Sociologia, da Antropologia ou da Geografia³, apesar das grandes diferenças de contexto histórico ou, mesmo, territorial⁴.

1. AS ILHAS NA CIDADE INDUSTRIAL

Muita da bibliografia existente sobre as ilhas do Porto no século XIX parte de alguns pressupostos que merecem ser reequacionados. Entre algumas dessas ideias correntes, refiram-se as de que as ilhas do Porto são uma consequência do processo de industrialização e da migração em massa de trabalhadores rurais para a cidade e que a sua configuração morfológica segue um modelo da «ilha de corredor», mais ou menos adaptável às condições do terreno, decorrente do aproveitamento intensivo de lotes urbanizados. Além disso, até bem dentro do século XX, a desqualificação

² Nomeadamente, *O outro lado da cidade – sobre a população das ilhas do Porto em finais do século XIX*, comunicação apresentada ao Congresso «O Porto de Fim de Século (1880/1910)». Porto, 1991 (não publicado); *Housing, Household, and the Family: the ‘ilhas’ of Porto at the end of the 19th Century*. «Journal of Family History», vol. XIX: 3 (1994), p. 213-236.

³ Cf., entre outros estudos, PEREIRA, Virgílio Borges – *Uma imensa espera de concretizações. Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto*. «Sociologia», n.º 13. Porto: Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 139-148; SEIXAS, Paulo Castro – *Entre Manchester e Los Angeles: ilhas e novos condomínios no Porto*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008; MATOS, Fátima Loureiro de; RODRIGUES, Rosa Maria Veloso Vieira – *As ilhas do Porto: lugares de resistência*. «OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia», v.1, n.1 (Jan. 2009), p. 33-57.

⁴ Cf., para o bairro de Alfama, SILVA, Cristina Santos – *Famílias de Alfama. Dinâmicas e Solidariedades Familiares num Bairro Histórico de Lisboa*. Lisboa: ICS, 2001.

física e social das ilhas no espaço urbano foi associada à desqualificação moral dos respectivos moradores.

Ora, ao contrário do que afirmam alguns autores, as ilhas não surgem como um produto da industrialização e da atracção de populações rurais pela cidade industrial, na segunda metade do século XIX⁵. São um fenómeno bem mais antigo. Como pudemos fundamentar em outros estudos, o recenseamento das casas da cidade, realizado em 1832, na altura do Cerco do Porto, revela-nos a existência de cerca de 200 «ilhas de pobreza», apenas na zona cercada, que teria uns 50 mil habitantes. Os principais focos dessas ilhas localizavam-se já nas mesmas zonas onde se irá verificar maior expansão na segunda metade do século (S. Vitor, Paraíso, Praça da Alegria, Monte Belo, Rua Bela da Princesa, Bairro Alto, Rua das Musas, Rua da Carvalheira, Largo da Fontinha, Germalde, Campo Pequeno, Rua do Breyner, etc.). É verdade que, na fase da industrialização da cidade e, sobretudo, no último quartel do século XIX, as ilhas atingiram uma expansão impressionante, albergando, em meados da década de oitenta, cerca de 20 mil habitantes (existiam então 530 ilhas)⁶. Por volta de 1900, eram já mais de mil e ultrapassavam os 35 mil moradores, cerca de um terço da população do Porto⁷. Mas a pré-existência destes espaços residenciais populares, um pouco por toda a cidade, assumiu, certamente, um papel significativo no processo de integração das famílias pobres no espaço urbano.

Quanto à morfologia arquitectónica, como se pode ver na maior parte das plantas submetidas à aprovação camarária, na maioria das descrições da época ou, ainda, na realidade sobrevivente no Porto actual, as ilhas mais vulgares eram (e são) as «de corredor», constituídas, normalmente, por habitações dispostas em uma ou duas faixas, a que se tinha acesso por um passal estreito. Mas o facto de ser esta a morfologia

⁵ Veja-se, entre outros, Manuel A. Correia Teixeira: «As ilhas surgem portanto como uma consequência da emigração rural para a cidade e do desenvolvimento industrial do Porto na segunda metade do século XIX». TEIXEIRA, Manuel A. Correia – *Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das ilhas da cidade do Porto*, p. 76.

⁶ Este inquérito abarcou todo o concelho do Porto, que, na altura, ainda não incluía as freguesias de Ramalde, Aldoar e Nevogilde, pertencentes ao concelho de Bouças (Matosinhos). GUEDES TEIXEIRA, Visconde de – *Circular dirigida aos Bancos do Porto sobre a construção de casas para operários na mesma cidade*. Porto: Imprensa Civilização, 1885, p. 3.

⁷ Este inquérito, promovido pelo Conselho de Melhoramentos Sanitários, excluiu grande parte da cidade, nomeadamente as freguesias da Foz, Campanhã, Paranhos, Sé S. Nicolau e Vitória e parte da freguesia de Lordelo, pelo que o número de ilhas e respectivos moradores seriam, certamente, bem superiores aos apontados. Cf. JORGE, Ricardo – *Demografia e Higiene na cidade do Porto*. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara Municipal do Porto, 1899, p. 153; MATA, José Caeiro da – *Habitações Populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909, p. 81-82. A população do Porto passara de 110.667 habitantes em 1878 para 146.736 em 1890, atingindo 167.955 em 1900. Para permitir a comparação, considerámos em todos os anos as freguesias incluídas no concelho do Porto em 1895. *Recenseamentos da População, 1878, 1890 e 1900*.

mais vulgar não significa a inexistência de outras, desde as ilhas em que as casas se dispunham em torno de um pátio interior até às grandes aglomerações emaranhadas na encosta voltada ao Douro, como acontecia na Corticeira, nas Fontainhas, nos Guindais⁸, etc., ou, ainda, nos montes da cidade, como Salgueiros. Qualquer que seja a disposição das casas ou a dimensão da ilha, o que importa salientar é o facto de se tratar de um espaço «concha»⁹, fechado sobre si mesmo. A entrada (vulgarmente, através de um portal de acesso à rua) e os equipamentos comuns (lavadouro, poço, retretes, etc.) facilitam a formação de um espírito de comunidade, fundado em relações intensas de vizinhança e reforçado, frequentemente, por relações de parentesco formal ou informal entre os respectivos moradores¹⁰. Tais características geram não só uma fraca delimitação entre o espaço público e o espaço privado¹¹, mas também, como já foi salientado, um «espírito de colmeia», gerador de solidariedades, onde se forma um universo sociocultural específico e onde o acesso de estranhos, não sendo vedado, não deixa também de ser inibido ou mesmo hostilizado.

Não menos importante, no período que aqui nos ocupa, é a relação frequente entre o espaço residencial e o espaço de trabalho. O forte crescimento industrial da cidade, na segunda metade do século XIX, não destruiu, antes alimentou, modalidades tradicionais de produção artesanal e doméstica¹². Em muitas ilhas do Porto de finais do

⁸ Cf., por exemplo, *Inquérito da Imprensa*. «Folha Nova», n.º 61, 6 de Agosto de 1885: «As ilhas naquele local (Guindais), de ordinário ou descem até próximo das casas da margem do rio, ou agrupam-se, do outro lado, pelas fragas que tocam no muro do convento das freiras de Santa Clara. Estes últimos agrupamentos é difícil descrevê-los. São um perfeito labirinto de escadarias sucessivas, de corredores escuros e estreitos, de edificações sobrepostas em andares, que parecem derrocar-se, de uma espécie de celas onde não penetra a luz e nas quais vivem famílias completas, umas pequenas vilas, enfim, que seriam muito pitorescas e interessantes... se estivessem desabitadas (...). As habitações têm apenas a porta de entrada e se por acaso alguma possui janela ou é uma simples fresta ou dá para precipícios imensos». Quase ao fundo das escadas, com o n.º 7, ficava a «ilha do Barbosa», composta por «algumas dúzias de casas sobre um penhasco quase cortado a pique». Nestas ilhas, que desapareceram com a derrocada dos Guindais e a construção da ponte D. Luís, morava «muita gente, a maior parte carrejões, vendedoras de peixe, etc.».

⁹ A expressão é de SEIXAS, Paulo Castro – *o. c.*, p. 263.

¹⁰ Noutros estudos, temos destacado a importância dessas «vicinalidades» nas ilhas de finais do século XIX: *Housing, Household, and the Family: the 'ilhas' of Porto at the end of the 19th Century*. «Journal of Family History», vol. XIX: 3 (1994), p. 213-236; *Famílias portuenses na viragem do século, 1880-1910*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 245-248; a importância das «vicinalidades» nas ilhas actuais é destacada por SEIXAS, Paulo Castro – *o. c.*, p. 151-155.

¹¹ A mesma observação tem sido feita relativamente a outras situações urbanas. Como escreveu COONTZ, «*working-class families made fewer divisions between family and street life or public and private roles than did middle-class families, though they do sharper distinctions between work life and personal life*». Cf. COONTZ, Stephanie – *The Social Origins of Private Life. A History of American Families (1600-1900)*. Londres/Nova Iorque, 1988, p. 297.

¹² Veja-se, por exemplo, JUSTINO, David – *A formação do espaço económico nacional. Portugal (1810-1913)*. Lisboa: Editorial Vega, 1986, vol. II, p. 149-150.

século XIX, sobreviviam pequenas oficinas ou formas de *domestic system*, em especial de tecelagem, associando as relações de vicinalidade à identidade socioprofissional.

2. ILHAS «LABORIOSAS», ILHAS «PERIGOSAS»

Não sendo uma realidade nova no Porto do final do século XIX, só nessa altura as ilhas começam a suscitar uma atenção crescente das autoridades e das elites. Desde a década de oitenta, multiplicam-se as referências produzidas pelas autoridades administrativas e policiais, médicos e higienistas, jornalistas e políticos, acentuando o carácter patológico das zonas de habitação popular, encaradas como focos de infecção física, que ameaçavam contagiar a cidade, e focos de infecção moral, que punham em perigo os «bons costumes» e a «família»¹³.

Tornava-se necessário destruir o perigo sanitário que crescia na cidade. Em 1885, sob o pseudónimo de Spada, o jornalista Emídio de Oliveira escrevia no jornal republicano *Folha Nova*: «É preciso que o povo miserável e faminto se recorde bem desta incontestável verdade – que o saneamento das suas tristíssimas moradas não é um fim de solidariedade e de justiça, mas um simples meio para garantir a segurança da vizinhança rica. Quando foi que o governo se importou com a habitação do proletariado? Que o homem do povo se lavasse ou não era isso para ele completamente indiferente (...). Mas hoje o caso muda de figura, e os ilustres medalhados, conselheiros perpétuos dum Estado que de tantos conselhos precisa, abeiram-se das tocas onde se aninha o indigente, dizendo-lhe: ‘Lava-te por Deus! Se hoje és o foco revolucionário contra quem posso mandar as minhas tropas municipais, amanhã serás o foco de infecção contra o qual eu nada posso fazer, senão fugir’»¹⁴. Não por acaso, os inquéritos às ilhas sucederam-se, por esta altura, nos momentos em que se declaravam surtos ou ameaças de epidemias, como aconteceu em 1883 e 1885 com a cólera e em 1899 com a peste bubónica. Sem quaisquer consequências. As ilhas continuaram a proliferar na cidade, sem que as autoridades administrativas conseguissem

¹³ A identificação das «classes laboriosas» como «classes perigosas» pelas autoridades e pelas elites é vulgar nas grandes cidades europeias do século XIX, estendendo-se essa associação às zonas de habitação das famílias trabalhadoras. Veja-se, para Paris, o estudo pioneiro de CHEVALIER, Louis – *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIXe siècle*. (1958) 2ª ed. Paris: Hachette, 1978.

¹⁴ SPADA – *Teoria das medidas governamentais contra o cólera*. «Folha Nova», n.º 58 (3 de Agosto de 1885). Num outro número do mesmo jornal, Emídio de Oliveira condenara a centrifugação dos pobres do Porto do seu tempo, movimento comum às grandes cidades europeias, e que haveria de durar no caso portuense até aos nossos dias: «Por mais de uma vez temos notificado o princípio de que a municipalidade não tem o direito de derrubar os prédios velhos onde se alojam as famílias pobres, para a construção de ruas ou praças elegantes, sem previamente procurar saber para onde hão-de ir os desgraçados postos na rua, por... utilidade pública». OLIVEIRA, Emídio de – *A miséria no Porto (Boletim da Primeira Comissão de Inquérito)* – V. *As ilhas*. «Folha Nova», n.º 53 (28 de Julho de 1885).

concretizar qualquer programa de habitação popular, em condições de salubridade e acessíveis às camadas trabalhadoras. A iniciativa pioneira do governador civil Visconde de Guedes Teixeira, em meados da década de oitenta, visando mobilizar os bancos da cidade para a construção de casas para operários¹⁵, não parece ter suscitado a mínima adesão, apesar de coincidir com uma enorme campanha empreendida pelos principais órgãos da imprensa periódica do Porto¹⁶.

Além do perigo biológico, a visão das autoridades e das elites cultas sobre as ilhas realçava o perigo moral desses espaços de habitação popular. Para eles, a «gente das ilhas» fazia parte de um outro mundo, cultural e socialmente degradado. Em 1909, Caeiro da Mata, no seu livro sobre *Habitações Populares*, considerava que a «promiscuidade» dos habitantes das ilhas provocava «o abaixamento de nível moral da família operária, traduzido no número de nascimentos ilegítimos, no alcoolismo, na prostituição e na criminalidade»¹⁷.

Acima de tudo, o aumento da população urbana, e em especial de uma população operária em condições precárias de existência, associava a questão do alojamento à questão social, já que, nas ilhas, espaços de sociabilidade intensa, a aglomeração de enormes contingentes operários, atingindo por vezes as centenas de habitantes, favorecia a expansão das ideias revolucionárias. Em 1885, o republicano Rodrigues de Freitas, após citar o célebre estudo de Friedrich Engels sobre a classe trabalhadora inglesa, escrevia sobre as ilhas do Porto, reflectindo os preconceitos e temores da burguesia da época: «eis uma estreita comunidade de miséria, onde a virtude se torna certamente difícil, onde os vícios, as ideias falsas, os ódios contra a sociedade acham terreno perfeitamente preparado»¹⁸. As preocupações de Rodrigues de Freitas tinham razão de ser. Tal como outras grandes cidades da época, o Porto operário das ilhas acumulava problemas sanitários graves, mas também um campo propício à propagação das ideias socialistas e anarquistas que propunham a revolução social. Não por acaso, a sede do grupo do Porto da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa (filiada na Associação Internacional dos Trabalhadores) e do Partido Socialista tinha-se instalado, na década de setenta, na zona popular da Fontinha¹⁹.

¹⁵ GUEDES TEIXEIRA, Visconde de – *o. c.*

¹⁶ Sobre esta importante campanha da imprensa, veja-se FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: o inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*. Porto: FLUP, 1998. Dissertação de mestrado.

¹⁷ Veja-se, por exemplo, MATA, José Caeiro da – *o. c.*, p. 96-97.

¹⁸ FREITAS, Rodrigues de – *A miséria no Porto*. «Folha Nova», n.º 52 (27 de Julho de 1885).

¹⁹ Cf. PEREIRA, Gaspar Martins; CASTRO, Maria João – *Do corporativismo ao anarco-sindicalismo: sobre o movimento operário no Porto na 2ª metade do século XX*. In BARRUCA, Mário Jorge (coord.) – *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In memoriam*. Porto: FLUP, 1999, vol. 2, p. 207-208. CASTRO, Maria João – *«O Operário» (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: FLUP, 2000. Dissertação de mestrado.

A mobilização para as greves e outras acções de protesto tornava-se frequente em algumas ilhas. Na greve geral dos tecelões do Porto, em 1903, as manifestações dos milhares de grevistas, a maior parte deles saídos das ilhas, alarmou a cidade burguesa e as autoridades. Nas suas memórias, o militante anarquista Manuel Joaquim de Sousa, recordava: «Os grevistas, homens, mulheres e crianças – estas em maior número – contavam-se por milhares. Aglomerados em multidão, eles apresentaram-se na praça pública. Era um verdadeiro estendal de miséria, que comovia até os corações menos sensíveis. Saídos dos seus antros de miséria, nos bairros populosos das Antas, das Eirinhas, de S. Victor, do Monte Pedral, do Campo Pequeno, do Bom Sucesso, etc., onde vegetavam promiscuamente em apertadas casas de ‘ilha’, sem higiene, sem luz, sem ar, esfarrapados, esqueléticos, roídos muitos já pela tuberculose, os filhos sujos, desgrenhados e famélicos, minados já ou propensos àquela terrível doença, os grevistas só assim, apresentando-se como viviam, conseguiram cativar a opinião pública em seu favor»²⁰. Por vezes, em algumas grandes ilhas, surgiam, mesmo, estruturas associativas de classe. Refira-se, a título de exemplo, a organização da *Agrupação Promotora dos Melhoramentos Morais e Materiais das Classes Populares do Porto*, na ilha do Mastro, na rua da Saudade, em Julho de 1888. Esta associação chegou a contar com mais de 50 operários, na sua maioria tecelões, tendo sido impulsionada por um dos moradores da ilha, o ex-latoeiro António Joaquim Morais. As reuniões eram feitas ao ar livre, numa eira próxima, ou num salão da ilha, onde funcionava também uma escola primária protestante e onde decorriam os bailes das tardes de domingo. Neste mesmo salão, comemorou-se, a 18 de Novembro de 1888, com a participação de diversos militantes socialistas e anarquistas do Porto, o primeiro aniversário dos «Mártires de Chicago», o que revela um significativo grau de consciência e informação política sobre o movimento operário internacional, bem como ligações aos movimentos políticos socialista e anarquista da cidade²¹.

3. VIVER NA ILHA, A SOLUÇÃO POSSÍVEL

Apesar dos diversos projectos de salubridade do espaço urbano do Porto, que propunham, em alguns casos, a demolição das ilhas e o realojamento das famílias que aí residiam, as campanhas higienistas e securitárias da burguesia portuense oitocentista não deram resultados significativos. Pelo contrário, nas últimas décadas do

²⁰ *Memórias de Manuel Joaquim de Sousa, contadas por ele próprio, até aos 20 anos de idade*. In SOUSA, Manuel Joaquim de – *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante*. Lisboa: Antígona, 1989, p. 160.

²¹ VIANA, J. M. Gonçalves – *Aspirações populares. Subsídios – XII*. «O Tripeiro», 3ª série, vol. VI (Setembro de 1927), p. 279.

século XIX e inícios do XX, a «cidade escondida»²² alastrou no miolo dos quarteirões urbanos, correspondendo a investimentos lucrativos das camadas da pequena e média burguesias, numa espiral de especulação imobiliária, num momento em que aumentava muito a procura de espaços residenciais por parte das camadas trabalhadoras.

A par de grandes concentrações que chegavam a albergar mais de uma centena de famílias, surgiam imensas pequenas ilhas, resultantes de uma febre imobiliária, que captava investimentos de diversas camadas sociais, desde grandes negociantes e industriais até artesãos. Algumas foram mesmo construídas por iniciativa dos donos das grandes fábricas para alugar aos seus operários. Entre 1875 e 1879, a empresa da Fábrica de Fiação de Salgueiros construiu uma ilha com 47 casas dentro da área murada da Quinta de Salgueiros, ao lado das respectivas instalações fabris²³. As ilhas mais vulgares, com 4 ou 5 pequenas habitações, garantiam uma amortização rápida dos capitais investidos e, a curto prazo, lucros elevados, num momento em que a procura de alojamentos baratos se intensificava. Como escreveu então Emídio de Oliveira, «um pedaço de terreno, comprado em regulares condições e plantado de cubículos e casinholas de telha-vã, sem janelas, sem fossas, sem chaminé, sem cal, sem soalho, pode render entre 30 a 40%, o que é certamente a taxa máxima a que um usurário pode empregar o seu dinheiro em bens imóveis»²⁴.

Não sendo a única forma de habitação popular da cidade do Porto, as ilhas tornaram-se a forma de alojamento barato mais vulgarizada. Concentrando-se especialmente nas zonas mais industrializadas (Montebelo, S. Victor, Campo Pequeno, Saudade, Salgueiros, etc.), multiplicaram-se, «em consequência das sucessivas demolições nos bairros pobres e do aumento que a população trabalhadora tem tido», como escrevia Joaquim Urbano, em 1888²⁵. Para as camadas trabalhadoras, a casa da ilha era, então, a maior parte das vezes, a habitação possível, já que o custo do aluguer de

²² A expressão é de Ezequiel de Campos, que, como a generalidade dos autores do seu tempo, insiste em associar o espaço físico degradado das ilhas à imoralidade, defendendo como prioridade urbanística do Porto dos anos 30 «a grande tarefa de eliminar as ilhas e o seu ambiente moral – cidade intrusa e escondida no Porto por detrás das fachadas aparentes das ruas e das praças». *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto, 1933, p. 46.

²³ Cf. *Breve Memoria sobre a Parceria Mercantil Fabrica de Fiação a Vapor em Salgueiros...* Porto, 1889, p. 8. Segundo um inquérito realizado em 1909 os preços de aluguer destas casas eram considerados elevados pelos operários. Cf. *Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do Operariado*. «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 49, Lisboa 1910. Transcrito em CABRAL, Manuel Villaverde – *O operariado nas vésperas da República (1909-1910)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1977, p. 275.

²⁴ OLIVEIRA, Emídio de – *A miséria no Porto (Boletim da Primeira Comissão de Inquérito) – I. As ilhas*. «Folha Nova», n.º 47 (21 de Julho de 1885).

²⁵ RIBEIRO, Joaquim Urbano da Costa – *A mortalidade do Porto em 1888*. Porto, 1889, p. 181; vale a pena transcrever a descrição que Joaquim Urbano faz das ilhas, sugerindo uma pluralidade de configurações: «são constituídas por grupo de casas, separadas na sua maior extensão por um estreito corredor ao ar livre; em algumas estes grupos são múltiplos com varias dependências, de ordinário sujeitas à irregular

outro tipo de casas se revelava incomportável face ao orçamento familiar. Os casos frequentes de despejos por falta de pagamento das rendas, a importância assumida pela assistência prestada pelos Albergues Nocturnos, que dispensavam, anualmente, desde 1882, alguns milhares de dormidas a pobres da cidade sem casa, a degradação das «casas de malta» ou das «colmeias» do centro histórico, fazem-nos reflectir sobre a frequência de situações ainda mais miseráveis que as dos habitantes das ilhas.

A «questão do alojamento popular» parece, de resto, ter preocupado mais os bem instalados do que os próprios habitantes das ilhas e das habitações degradadas. Para estes, as prioridades reivindicativas, como acontecia em outras cidades industriais da Europa, ligavam-se mais ao trabalho e ao pão do que à casa²⁶. Aliás, as primeiras iniciativas de construção de casas para operários em boas condições de higiene fracassaram, acabando por ser alugadas a famílias da pequena burguesia, principalmente por razões económicas. É que, mesmo com rendas moderadas, o aluguer dessas casas custaria a uma família operária o dobro, o triplo, ou mais, do que costumava pagar na ilha. O exemplo do Bairro Herculano, apresentado geralmente como modelo – «único nesta cidade onde se pode habitar»²⁷ –, é, a este propósito, significativo. Em 1883, Ramalho Ortigão referia-o como um dos importantes melhoramentos materiais que se vinham realizando na cidade do Porto: «O Bairro Herculano, entre o Jardim de S. Lázaro e as Fontainhas, é um recinto murado, fechado por uma grade de ferro, compreendendo 200 ou 300 casas, de rés-do-chão, ou de um andar, comodamente alinhadas, com um pequeno jardim comum, um mercado, lavadouros, enxugadouros, etc.»²⁸. Porém, as rendas oscilavam aí entre os 2.000 e os 5.000 réis mensais. Ora, em muitas ilhas das proximidades, os alugueres rondavam os 600-800 réis²⁹.

Apesar das preocupações manifestadas e de algumas propostas, em particular do Governo Civil, como já referimos, a acção dos poderes públicos na questão do alojamento popular não teve quaisquer efeitos, neste período. As primeiras realiza-

configuração do terreno em que assentam; noutras um dos lados do corredor é um muro que a separa dum outro anexo ou casa doutra ilha» (Idem, *ibidem*).

²⁶ O mesmo se passa, aliás, noutros países. Veja-se, para o caso francês, PERROT, Michelle – *Les ouvriers, l'habitat et la ville au XIX.e siècle*. In FLAMMAND, J.-P. (ed.) – *La question du logement et le mouvement ouvrier français*. Paris: La Villette, 1981, p. 19-39.

²⁷ «Folha Nova», n.º 62 (7 de Agosto de 1885).

²⁸ ORTIGÃO, Ramalho – *As Farpas. O País e a Sociedade Portuguesa*. Lisboa, edição de 1971, tomo I, p. 141-142.

²⁹ Vejam-se, por exemplo, os vários relatórios de visitas a ilhas publicados no *Folha Nova*. Em 1909, segundo as associações de classe de tecelões do Porto, as rendas mensais na cidade rondavam em média os 1\$400-1\$800 réis. Cf. *Inquirição pelas Associações de Classe...* In CABRAL, Manuel Villaverde – o. c., p. 276. Em 1914, num inquérito então realizado, o aluguer mensal médio nas ilhas do Porto era de 1\$450 réis em 109 casos, variando as rendas entre \$800 e 3\$100 réis (apenas em 23 casos era superior a 1\$500 réis). Cf. LEMOS, Antonio Gomes Ferreira de – *Contribuição para o estudo da higiene do Pôrto – Ilhas*. Porto: Imprensa Nacional de Jaime Vasconcelos, 1914, p. 57.

ções práticas foram de iniciativa particular, de cunho paternalista ou filantrópico. O exemplo mais conhecido, o dos *Bairros do «Comércio do Porto»*, construídos por iniciativa deste jornal, saldou-se na construção de 87 habitações, de rés-do-chão e andar, com um pequeno quintal, nos bairros do Monte Pedral (26), iniciado em 1899, Lordelo (29), iniciado em 1902, e Bonfim (32), iniciado em 1903. As rendas oscilavam aí entre os 1\$200 e 1\$500 réis. Mesmo assim, eram incomportáveis para a maior parte das famílias operárias. Na resposta a um inquérito realizado em 1909, uma das associações de classe dos tecelões referia: «... nada aproveitam aos tecelões, visto que tais edificações são alugadas a empregados públicos ou particulares, manipuladores de tabaco e indivíduos de qualquer classe mais bem remunerada»³⁰. De resto, segundo os próprios promotores, «os bairros não foram feitos para abrigar operários indigentes; foram construídos para recolher os mais hábeis, mais assíduos e mais morigerados operários, antes como prémio aos seus méritos do que como auxílio às suas condições de existência»³¹. Alguns industriais seguiriam o exemplo, construindo bairros para os seus operários mais bem pagos (contramestres, etc.). Foi o caso de António Marinho, um dos proprietários da Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto, que construiu 22 casas de boa qualidade no Campo Alegre, com rendas mensais de 1\$200 réis. Mas foram experiências isoladas e limitadas em termos sociais. Por vezes, tornaram-se mesmo mais um motivo de conflito entre os operários e o patrão, como aconteceu no Bairro das Devesas, construído por iniciativa de Almeida e Costa, principal sócio da Fábrica de Cerâmica das Devesas: «Alugadas essas casas aos operários nas mais favoráveis condições, de tal maneira foram tratadas e tais desgostos a seu proprietário originaram, que este resolveu não mais a eles as alugar, mas sim a outros moradores, que, satisfazendo os reduzidos aluguéis, não deteriorassem a propriedade, o que felizmente conseguiu»³².

Viver na ilha constituía, assim, quase sempre, a única possibilidade de alojamento para as camadas populares da cidade, ainda que, nas suas trajectórias individuais e familiares, alguns trabalhadores pudessem aspirar a outro tipo de habitação e, eventualmente, conseguissem concretizar as suas aspirações.

4. AS ILHAS NO PERCURSO DAS FAMÍLIAS TRABALHADORAS

No processo de mobilidade intensa das populações rurais para a cidade, que se intensificou no último quartel do século XIX, o espaço social da ilha parece ter

³⁰ Cf. *Inquirição pelas Associações de Classe...* In CABRAL, Manuel Villaverde – o. c., p. 276.

³¹ Cf. «O Comércio do Porto», 13.12.1903.

³² Cf. GIRÃO, Luís Ferreira – *Casas Operárias na 1ª Circunscrição Industrial*. «Boletim do Trabalho Industrial», Lisboa, 1912, p. 7.

desempenhado um papel decisivo como lugar de integração urbana. Lugar onde, por vezes, já residia um parente ou um conterrâneo, lugar onde se cruzavam as camadas trabalhadoras da cidade com os recém-chegados, a ilha constituiu, nesse sentido, um espaço importante de acolhimento e de socialização.

O espaço da casa é sempre muito reduzido. Quer os *Livros de Plantas de Casas* quer as descrições da época, tal como a realidade actual, mostram-nos que as casas das ilhas se compõem, com raras excepções, de uma saleta, uma cozinha e um quarto. No período aqui estudado, o espaço da casa raramente ultrapassa os 20 m². Em 1909, a Associação de Classe dos Operários Tecelões de ambos os sexos do Porto, em resposta ao inquérito sobre a situação do operariado, esclarecia: «Geralmente as casas não têm divisões, ou quando muito, têm uma alcova, uma pequena cozinha e uma saleta à entrada da porta. Tudo isto não excede a superfície média de 5 metros de largo por 4 de comprimento»³³. Poucos anos depois, um estudo realizado com base num inquérito a 10 ilhas do Porto informava: «É rara a casa que consta de mais de 3 divisões: sala, alcova e cozinha. Na realidade é como se se tratasse duma só sala, da qual se separassem com estreitos e incompletos tabiques de madeira, 2 compartimentos mais pequenos, um para quarto de dormir e outro para cozinha, Em todo o nosso inquérito só duas casas tinham a mais do que esta disposição um pequeno quarto no desvão do telhado, para o qual se subia por estreitas escadas lançadas da sala. Toda a casa de habitação não ocupa em regra mais do que 16 m² de terreno. Algumas há que nem tanto contam de superfície, descendo esta a 9 m² ou pouco mais (...). Como a alcova é muito pequena, cabendo nela somente uma cama, a sala serve também de dormitório»³⁴.

A exiguidade do espaço doméstico estimulava a utilização dos espaços comuns, em especial pelas mulheres e pelos menores não-trabalhadores, intensificando relações de sociabilidade e entreajuda, solidariedades e, também, conflitos. Por outro lado, as características físicas das habitações, divididas por vezes por tabiques das habitações contíguas, dificultavam o isolamento e a intimidade³⁵. Como acontecia nas comunidades tradicionais, na ilha o espaço privado distinguia-se mal do espaço público, sendo o espaço colectivo utilizado como um prolongamento do espaço doméstico.

³³ Cf. *Inquirição pelas Associações de Classe...* In CABRAL, Manuel Villaverde – o. c., p. 276.

³⁴ Cf. LEMOS, Antonio Gomes Ferreira de – o. c., p. 57.

³⁵ Estas situações são, aliás, ainda bem patentes nas ilhas actuais. Cite-se, a título de exemplo, a descrição de uma ilha da Rua da Boavista, em 1990, pelo jornalista Fernando Assis Pacheco: «Na ilha toda a gente se conhece, e mais ainda porque a privacidade não resiste ao efeito de colmeia. O nascimento de um bebé, um casamento de um filho, um aniversário, uma besana atravessam as paredes frágeis. No n.º 261 da Rua da Boavista a vida é naturalmente porosa e, em termos de calor humano, solidária até ao limite do possível. Embora as pessoas andem por vezes às turras, no fim compõem-se». PACHECO, Fernando Assis – *Os Robinsons da Boavista*. «O Jornal Ilustrado», n.º 792 (27.4.1990), p. 8-9.

Normas tácitas estabeleciam-se entre os moradores da ilha para a utilização dos espaços comuns, regulavam a interação, definiam poderes e direitos, determinando formas de socialização específicas nesse universo marginal e marginalizado. De realçar o papel importante da mulher na produção destas normas. Mesmo a mulher trabalhadora (costureira, fiandeira, etc.) desempenhava muitas vezes a sua actividade na casa ou, mais frequentemente, sempre que as condições o permitiam, à porta de casa, de onde adveio a identificação pejorativa entre «mulher da ilha» e «mulher do solheiro»³⁶. Era sobretudo entre as mulheres que se teciam as redes de sociabilidade, de entajuda e de informação. Em *Os Famintos*, escrito em torno da greve dos tecelões do Porto de 1903, João Grave deixou-nos uma imagem literária, ao gosto naturalista, dessas relações intensas de vizinhança que se estabeleciam entre os moradores da ilha onde vivia Luísa, personagem central do romance. Aquando da morte de Manuel, pai de Luísa, «velaram o cadáver, durante a noite, alguns moradores da ilha, enquanto o tio Joaquim dava as voltas necessárias para o enterro». A vizinha Rosa Vesga, ex-tecedeira viúva, que passava os dias ao sol, encostada aos muros, discutindo vidas alheias, já antes fora empenhar as arrecadas de Ana, mãe de Luísa. Uma vizinha ofereceu de comer a Ana e aos filhos. Outros tratavam do corpo do defunto. O funeral foi acompanhado pelos companheiros da fábrica e pelos moradores da ilha. «Algumas mulheres da ilha, condoídas do infortúnio de Ana, trouxeram com que mitigar a fome dos primeiros dias de luto». E, quando Luísa se prostituiu e a mãe endoideceu, os irmãos mais novos de Luísa, Joaquim e Maria, foram acolhidos pelos vizinhos³⁷.

Viver na ilha, como referimos, foi associado pelas elites dirigentes a uma situação física, social e moralmente degradada e marginal. Ou seja, viver na ilha conferia em si mesmo, uma marca social de inferioridade, que os seus habitantes tendiam, certamente, a interiorizar. O processo de ascensão social passava, por isso, pelo acesso a uma habitação socialmente mais valorizada, isto para lá das aspirações individuais de maior conforto ou bem-estar. Ora, o alcance destes objectivos estava, obviamente, limitado pelas condições económicas das camadas trabalhadoras que habitavam nas ilhas, condições essas que derivavam sobretudo das relações existentes no mercado de trabalho e de habitação. Os salários e as rendas de casa impunham limites objectivos

³⁶ Em 1864, escrevia Pereira de Azevedo, referindo-se às ilhas: «Este género de habitações, refractárias a toda a higiene, e situadas em ruas nos extremos da cidade, lado oriental e ocidental, contém uma população grande mas desgraçada; de dia às portas e na rua se vêem figuras pálidas e magras de mulheres e crianças mal vestidas tomando o sol ou dobando algodão, aonde se conta por novidade e entretenimento a felicidade duns e a desgraça doutros, para melhor esquecer a miséria própria». AZEVEDO, Francisco Pereira de – *História da Prostituição e Polícia Sanitária no Porto...* Porto: F. Gomes da Fonseca Editor, 1864, p. 55-56.

³⁷ GRAVE, João – *Os Famintos (episódios da vida popular)*. Porto: Livraria Chardron, 1903, p. 69, 72 e 242-243.

à prossecução de expectativas familiares e individuais das camadas trabalhadoras. Sair da ilha para uma casa melhor pode ter constituído o ideal de muitas famílias pobres, mas a realidade parece ter imposto mais frequentemente a luta pela salvaguarda da casa na ilha, ameaçada em cada fim do mês pela acção de despejo, sempre que o dinheiro da renda não conseguia arranjar-se. Nesta perspectiva, vale a pena tentar perceber a ilha como espaço social dinâmico, atravessado quer pelo conjunto de relações entre os seus moradores quer pelas respectivas trajectórias de vida individuais e familiares.

O problema foi, aliás, colocado com acuidade pelos contemporâneos, sublinhando a relação entre os «níveis de subsistência» e as «fases de vida», para definir o «ciclo de pobreza», de acordo com a proposta de Rowntree³⁸, que fez escola no início do século XX. Viver na ilha corresponderia, assim, para um número substancial de famílias a fases da vida em que as necessidades de consumos tendiam a ultrapassar as capacidades de auferir salários (casais com filhos pequenos, mulheres viúvas, casais idosos, desempregados, etc.). «Ao lado da falta de trabalho – escreve Caeiro da Mata, em 1909 – vem a diminuição do salário à medida que diminuem as energias do operário. Sucede muitas vezes que o salário tem atingido o máximo, quando as necessidades estão ainda no mínimo e que aquele começa a decrescer sem que estas deixem de aumentar. A deserção dos filhos mais agrava a situação económica do operário»³⁹.

Esta perspectiva pode aplicar-se a muitas situações das famílias trabalhadoras que habitavam nas ilhas do Porto em finais do século XIX. Mas não totalmente, já que corresponde a um modelo de «economia salarial familiar» da sociedade industrial, em que a família perde funções produtivas, mantendo-se como mera unidade de consumo, dependente do salário dos seus membros que trabalham fora de casa, não havendo limites ao número de assalariados do agregado doméstico. No entanto, como já referimos, a prevalência de muitas situações em que a família trabalhadora do Porto mantinha funções de unidade de produção e consumo (e a casa espaço de residência e de trabalho) aconselham a considerar, preferencialmente, o modelo mais flexível de «economia familiar adaptativa», proposto por Richard Wall para sociedades em fase de transição⁴⁰. Nesta perspectiva, a análise do percurso de famílias residentes em ilhas do Porto em finais do século XIX e inícios do XX revela alguns aspectos que interessa destacar:

- i) Uma parte significativa das famílias residentes nas ilhas era constituída por jovens casais (por vezes, em união livre), com ou sem filhos, vivendo, fre-

³⁸ ROWNTREE, E. Seebhom – *Poverty. A Study of Town Life*. (1901). 3ª ed. Nova Iorque: Howard Fertig, 1971.

³⁹ Citado por MATA, José Caeiro da – *o. c.*, p. 61-62.

⁴⁰ WALL, Richard – *Trabajo, bien estar y familia: una ilustracion de la economia familiar adaptativa*. In BONFIELD, Lloyd; SMITH, Richard; WRIGHTSON, Keith (eds.) – *El mundo que hemos ganado. Estudios sobre población y estructura social*. Madrid: Ministeria de Trabajo y Seguridad Social, 1990, p. 328-330.

- quentemente, na vizinhança de outros familiares, a quem podiam recorrer ou a quem podiam socorrer, em situações de necessidade. A facilidade de estabelecimento do jovem casal como grupo de trabalho, em especial entre os tecelões que trabalhavam «à peça», conjugava-se com a relativa facilidade de encontrar uma casa na ilha (ou em ilhas próximas), com o modelo de saída precoce dos jovens do lar paterno, com baixas idades de casamento (frequentemente, união livre) e com elevadas «vicinalidades» parentais.
- ii) Viviam nas ilhas, também, alguns casais idosos, por vezes com filhos ou filhas casadas na vizinhança, embora a mortalidade diferencial, atingindo mais intensamente as camadas trabalhadoras, em especial os homens, limitasse estas situações. O mais comum era a sobrevivência de mulheres solteiras ou viúvas que se mantinham na casa da ilha.
 - iii) Em muitas ilhas, moravam indigentes, mais frequentemente mulheres viúvas, isoladas ou não, que poderiam usufruir de uma renda barata e do apoio da vizinhança, por vezes em retribuição de serviços, como cuidar das crianças.
 - iv) Algumas casas das ilhas eram partilhadas (tal como a sua renda) por trabalhadores sem parentesco evidente, solteiros e deslocados das suas terras de origem, por vezes também na vizinhança de familiares.

Qualquer destas situações ajudou a criar, no microcosmos da ilha, uma rede densa de relações familiares e de solidariedades de vizinhança e, simultaneamente, a ajustar as necessidades e os recursos das famílias trabalhadoras, muitas vezes em situações-limite de precariedade. De resto, mesmo considerando apenas a análise tipológica dos agregados domésticos, torna-se evidente que, neste período, o isolamento não foi significativo entre as camadas populares do Porto, ao contrário das teorias tradicionais da família em contextos de industrialização. Se tivermos em conta a importância das «vicinalidades» geradas no espaço das ilhas, facilmente concluímos que as famílias trabalhadoras podem ter enfrentado condições de vida muito difíceis, mesmo situações de miséria extrema, mas só raramente terão conhecido a situação de isolamento.

A análise comparativa da população residente nas ilhas e em outros espaços residenciais, na freguesia de Cedofeita, em 1881, revelou, ainda, outras diferenças significativas:

- i) A população das ilhas era, no seu conjunto, uma população mais masculinizada e mais jovem que a restante. Em toda a freguesia, verificam-se relações mais baixas de masculinidade, sobretudo a partir do grupo dos 20-24 anos, o que parece relacionar-se, em parte, com a atracção de mulheres de fora da cidade pelo trabalho doméstico nas casas das classes médias altas.

- ii) Em contrapartida, após os 55 anos, a proporção de homens nas ilhas baixa abruptamente, em resultado de dois factores convergentes: a mortalidade diferencial, que incidia com maior violência sobre os homens das camadas trabalhadoras, e a situação da mulher na velhice e viuvez, que se traduzia, frequentemente, por uma pauperização que a obrigava a recorrer à procura de alojamento mais barato na ilha.
- iii) Além disso, entre as famílias trabalhadoras das ilhas verificava-se uma maternidade mais precoce, correspondente a uniões conjugais mais jovens, a par de uma descida brusca da presença de filhos nos fogos encabeçados por indivíduos com idades superiores a 55 anos. Estes indicadores sugerem-nos a saída mais precoce dos filhos dos lares pobres, impondo tal «transição»⁴¹ diferentes estratégias residenciais. Em certos casos, a saída dos filhos em idade de ganhar salários, correspondendo a um abaixamento brusco dos rendimentos familiares, provocou a entrada na ilha de alguns casais ou indivíduos idosos. Em contrapartida, em outros casos, a capacidade de alguns pais das camadas trabalhadoras controlarem os salários dos filhos terá melhorado, pelo menos temporariamente, as condições económicas dessas famílias, possibilitando-lhes a saída da ilha.

As «transições» nos percursos de vida individuais e familiares – a formação do casal, o nascimento dos filhos e o crescimento da família, a entrada dos filhos no mercado de trabalho, a saída dos filhos para formarem o seu próprio lar, a morte do cônjuge ou a integração de outros parentes ou parceiros – determinavam estratégias de adaptação, em muitos casos visíveis, numa análise fina das ilhas do Porto finissecular. Tais estratégias passavam, frequentemente, pela mudança de casa, dentro da ilha, para outra ilha ou para uma casa independente ou plurifamiliar num prédio «com janelas para a rua». As «transições» habitacionais, muito mais frequentes no Porto de finais do século XIX do que nos nossos dias, determinaram, certamente, rupturas e constantes adaptações na rede de vizinhança das ilhas, tal como obrigaram quem saía a adaptar-se a outros espaços e vizinhanças. Porém, tal situação não parece ter sido apenas sentida pelas famílias trabalhadoras das ilhas. A mudança de casa, pelo S. Miguel, era frequente entre as classes médias do Porto. Curiosamente, a comparação entre os índices de permanência, entre 1880 e 1910, em duas ruas do Porto, uma delas

⁴¹ Utilizamos o conceito proposto por Tamara Hareven, significando «a transição dos indivíduos entre diferentes papéis familiares», que determinam «transições do colectivo familiar», ao longo do ciclo de vida dos indivíduos e das famílias. HAREVEN, Tamara K. – *Family Time and Industrial Time. The relationship between the family and work in a New England industrial community*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 7. Veja-se, também, HAREVEN, Tamara K. (ed.) – *Transitions. The Family and the Life Course in Historical Perspective*. Nova Iorque: Academic Press, 1978.

(Rua do Almada) com predominância de famílias da pequena e média burguesia e outra (Rua da Saudade) com predominância de famílias trabalhadoras vivendo em ilhas, detectou comportamentos semelhantes⁴². É provável que uma análise mais extensa possa contrariar esta tendência. No entanto, a permanência na ilha parece corresponder a um padrão de integração, através das redes de «vicinalidades», de sentido de pertença e de identificação com o local, gerando «identidades continuadas» nos percursos residenciais, como referiu Paulo Castro Seixas, na sua análise antropológica sobre as ilhas actuais: «As ilhas são para todos estes que fizeram delas o seu ninho na cidade, um lugar difícil de sair, principalmente quando se trata de se afastarem dessa mesma cidade...»⁴³. A continuidade/ruptura face a esse «ninho», por mais incómodo, insalubre e degradado que ele possa parecer, não depende apenas das condições económicas de quem aí vive mas também do peso do passado e dos sentimentos de pertença, incluindo os de partilha de emoções e interesses, bem como da maior ou menor integração, densidade e eficácia das redes vicinais nos percursos individuais e familiares.

NOTAS FINAIS

Nesta abordagem, necessariamente breve e parcelar, sobre a forma como as ilhas marcaram o percurso de muitas famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX, num período de intensa industrialização, de atracção de populações rurais pela cidade e de reconfiguração de muitos espaços urbanos, pretendemos salientar a importância de uma análise das trajetórias de vida individuais e familiares nesses espaços residenciais.

Longe de constituir uma instância passiva face a um mundo que lhe era hostil, a família trabalhadora teve de adoptar estratégias de sobrevivência na cidade industrial, adaptando os seus recursos variáveis de força de trabalho e de salários às suas necessidades, de forma a garantir sustento e abrigo para todos os seus membros. Mantendo-se os recursos salariais em níveis muito baixos, as prioridades centravam-se no pão, subalternizando-se o espaço residencial, o que levava a família trabalhadora a suportar condições extremas de habitabilidade. Nessas circunstâncias, viver na ilha, onde o alojamento era mais barato, constituiu, a maior parte das vezes, a opção possível, durante fases mais ou menos longas do curso de vida das famílias pobres,

⁴² Cf. PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias portuenses na viragem do século, 1880-1910*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 159-163.

⁴³ SEIXAS, Paulo Castro – *o. c.*, p. 262.

que, dessa forma, podiam, em contrapartida, usufruir da rede de solidariedades de parentesco e vizinhança, elemento essencial das suas estratégias de sobrevivência⁴⁴.

Além disso, a família não pode ser entendida como instância isolada, num mundo que reforçava as fronteiras entre o público e o privado e glorificava os valores burgueses da propriedade e da intimidade doméstica. Na ilha, por natureza, tais valores e fronteiras tinham pouco significado. A sua fragilidade e imprecisão decorriam tanto da configuração topográfica da ilha, que a tornava mais ou menos gregária, como da condição social proletária dos seus moradores, mais ou menos relutantes à aceitação desses valores e fronteiras. Como lugar de sobrevivência, integração e resistência na cidade industrial, a ilha segregou «identidades continuadas», constituídas por espaços, hábitos e memórias partilhadas pelos seus habitantes. Aí, a família trabalhadora integrava-se na teia densa de «vicinalidades», cujo papel não pode ser desprezado, contrariando as teses tradicionais de anomia e de desorganização familiar na cidade industrial.

⁴⁴ O mesmo acontece, ainda hoje, quer em diversas ilhas do Porto (cf. SEIXAS, Paulo Castro – o. c., p. 151-155) quer em outras zonas populares urbanas, como o bairro de Alfama, em Lisboa (cf. SILVA, Cristina Santos – o. c., p. 129).

